



Exercício 2023

**RELATÓRIO DE
GESTÃO ATUARIAL**

Guarujá/SP

Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 - MTE-RJ



Unidade Gestora: Guarujá Previdência

Perfil Atuarial do RPPS: Perfil III

Data de Elaboração: 30/maio/2023

Número da Nota Técnica Atuarial:

Fundo Previdenciário: 2023.000563.1

Fundo Financeiro: 2023.000564.2

Coordenadora:

Pâmela Machado

 **atuarial@ipepbrasil.org.br**

Atuário responsável:

Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 - MTE-RJ

Exercício 2023
RELATÓRIO DE
GESTÃO ATUARIAL
Guarujá/SP

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	BASE NORMATIVA.....	3
2.1	Normas Gerais.....	3
2.2	Normas Específicas.....	3
3.	BASES TÉCNICAS.....	4
3.1	Hipóteses Atuariais e Premissas.....	4
3.2	Regimes Financeiros.....	6
3.3	Métodos de Financiamento Atuarial.....	7
4.	PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	8
5.	BASE DE DADOS CADASTRAIS.....	8
6.	Análises de Variações de Resultados - Fundo Previdenciário.....	10
6.1	Variação na base de dados cadastrais do Fundo Previdenciário.....	10
6.2	Variação no custo previdenciário.....	11
6.3	Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas.....	12
7.	Análises de Variações de Resultados - Fundo Financeiro.....	14
7.1	Variação na base de dados cadastrais do Fundo Financeiro.....	14
7.2	Variação no Custo Previdenciário.....	15
7.3	Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas.....	15
8.	Considerações finais.....	16

1. INTRODUÇÃO

A pedido dos gestores e em observando as exigências da Secretaria da Previdência do Governo Federal para a obtenção da certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017 e Portaria MTP nº 1.467), este relatório foi elaborado para demonstrar a evolução da massa segurada e dos resultados atuariais do RPPS de Guarujá/SP, comparando-se os resultados observados nas Avaliações Atuariais dos três últimos exercícios, tendo-se descrito as bases normativas e hipóteses atuariais utilizadas na última Avaliação Atuarial realizada.

2. BASE NORMATIVA

Os dispositivos legais utilizados como referência para os cálculos atuariais apresentados neste estudo estão enumerados a seguir:

2.1 NORMAS GERAIS

- Constituição **Federal** e alterações introduzidas pelas **Emendas Constitucionais N.º. 20, 41, 47, 70, 88 e 103**, de 15 de dezembro de 1998, 19 de dezembro de 2003, 05 de julho de 2005, 29 de março de 2012, 07 de maio de 2015 e de 12 de novembro de 2019, respectivamente;
- **Lei n.º. 9.717**, de 27 de novembro de 1998;
- **Lei n.º. 10.887**, de 18 de junho de 2004;
- **Lei Complementar n.º 152**, de 03 de dezembro de 2015;
- **Portaria MTP n.º 1.837**, de 30 de junho de 2022;
- **Portaria MTP n.º 1.467**, de 02 de junho de 2022.

2.2 NORMAS ESPECÍFICAS

- **Lei Municipal n.º 179, de 13 de fevereiro de 2015 (e alterações).**

3. BASES TÉCNICAS

Conforme define a Portaria MTP 1.467/22, as Bases Técnicas são premissas, pressupostos, hipóteses e parâmetros biométricos, demográficos, econômicos e financeiros utilizados e adotados no plano de benefícios pelo atuário, com a concordância dos representantes do RPPS, adequados e aderentes às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS e ao seu regramento. Como bases técnicas entendem-se, também, os regimes financeiros adotados para o financiamento dos benefícios, as tábuas biométricas utilizadas, bem como fatores e taxas utilizados para a estimação de receitas e encargos.

Neste item, descrevemos inicialmente as Hipóteses Atuariais e, na sequência os Regimes Financeiros adotados neste estudo, bem como o Método de Financiamento Actuarial adotado no Regime Financeiro de Capitalização.

3.1 HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

A Avaliação Actuarial projeta cenários decorrentes de eventos incertos ao longo do tempo, como, por exemplo, o quantitativo de segurados, a duração do tempo de pagamento dos benefícios previdenciários, bem como os seus valores a cada ano futuro.

Para tanto, são adotadas hipóteses que devem refletir as características biométricas, demográficas, financeiras e econômicas incidentes sobre a população de segurados e respectivo plano previdenciário, que denominamos Hipóteses Atuariais.

Por representarem estimativas de eventos futuros, devem ser periodicamente confrontadas com os acontecimentos da vida real, para que se avalie a necessidade de ajustes. Esta análise, além de ser uma recomendação técnica, tem obrigatoriedade legal dada pela Instrução Normativa SPREV nº 009, de 21.12.2018.

As hipóteses atuariais adotadas foram as seguintes:

1. Tábuas Biométricas:

- 1.1. Tábua de mortalidade de válidos: – fase laborativa e fase pós laborativa: IBGE - 2021 segregada por sexo.
- 1.2. Tábua de mortalidade de inválidos: IBGE - 2021 segregada por sexo.
- 1.3. Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.

2. Alterações futuras no perfil e composição das massas de segurados:

- 2.1. Rotatividade: 1% ao ano;
- 2.2. Expectativa de reposição dos segurados ativos: número constante de servidores ativos por 75 anos, supondo que a cada servidor ativo que se desliga, outro toma seu

lugar com idade e salário iguais aos daquele que se desligou, quanto foi admitido no município.

3. Estimativas sobre remunerações e proventos:

- 3.1. Taxa real de crescimento da remuneração por mérito e produtividade: 1,00% real ao ano;
- 3.2. Taxa real do crescimento dos proventos: 0%.

4. Hipóteses Financeiras

- 4.1. Taxa de juros atuarial:
 - Fundo Previdenciário:** 5,23% real ao ano;
 - Fundo Financeiro:** 5,04% real ao ano;
- 4.2. Fator de Capacidade: 98,00%.

5. Idade de entrada em algum regime previdenciário e em aposentadoria:

- 5.1. Idade estimada de entrada em algum regime previdenciário: diferença entre a idade de admissão no município e o tempo de serviço passado informado na base de dados cadastrais.
- 5.2. Idade estimada de entrada em aposentadoria: são consideradas as regras de entrada em aposentadoria previstas nas Emendas Constitucionais EC nº 20/98, EC nº 40/03, EC nº 41/03 e nº 47/05, indicando para o estudo atuarial a de menor idade alcançada, adicionada de três anos, resultante da estimativa de tempo decorrido entre a reunião dos requisitos para entrada em aposentadoria e a efetiva requisição. Os participantes em risco iminente de aposentadoria foram redistribuídos para os próximos três anos seguintes, atribuindo maior demora no ingresso em aposentadoria para os servidores mais jovens.
- 5.3. Composição do grupo familiar: para efeito de cálculo de custo de pensão por morte do segurado, considerou-se o estado civil informado na base de dados cadastrais. Para projeções futuras de concessão de pensão, considerou-se a probabilidade de se deixar dependente vitalício em caso de morte, calculada a partir da observação da frequência de servidores casados agrupados por idade, ajustando-os por uma função logarítmica que mais se aproxima da tendência que os dados indicam.

6. **Compensação financeira entre os regimes:** A estimativa de Compensação Financeira foi considerada como Ativo do Plano, uma vez que o RPPS possui convênio ou acordo de cooperação técnica em vigor para operacionalização da compensação previdenciária com os regimes de origem. Como não consta da base cadastral os valores das remunerações de cada servidor no período a compensar com o regime previdenciário de origem nem há ainda valores de repasse decorrentes de compensação previdenciária, partiu-se do princípio de que o fluxo de compensação previdenciária equivale a 7,00% dos valores médios de benefício compensáveis

pagos atualmente. Tal parâmetro é resultado da média observada em outros entes públicos que recebem receitas de compensação previdenciária.

7. Demais Hipóteses Atuariais:

7.1. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos: 100%, ou seja, a inflação não corrói remuneração e proventos no período de um ano a ponto de impactar nos valores das Provisões Matemáticas.

3.2 REGIMES FINANCEIROS

Para entender os Regimes e Métodos Financeiros Atuariais, considere a equação seguinte:



Figura 1: Equação fundamental do financiamento de um Plano Previdenciário (Fonte: elaboração própria)

Desta forma, os rendimentos são parte importante desta equação e uma das principais diferenças entre os Regimes Financeiros, que, segundo o Art. 30 da Portaria nº 1.467/22, são os seguintes: Regime Financeiro de Capitalização; de Repartição de Capitais de Cobertura e de Repartição Simples.

No Regime Financeiro de Capitalização, as contribuições ocorrem durante a fase laboral do segurado, formando um fundo financeiro que rende receitas financeiras desde o primeiro momento de sua constituição, e permanece produzindo rendimentos mesmo após a concessão do benefício. Neste estudo, sua aplicação se dará para o cálculo dos custos das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

No Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura, as contribuições de um ano se somam para formar o fundo que garantirá o pagamento dos benefícios concedidos neste período. Neste caso, as receitas financeiras são menores que as do Regime Financeiro de Capitalização, já que ocorrem apenas após a concessão do benefício. Neste estudo, sua aplicação se dará para o cálculo dos custos dos benefícios não programáveis de aposentadoria por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como de Pensão por morte de Segurados Ativos.

No Regime Financeiro de Repartição Simples, conceitualmente, não há formação de fundo financeiro e, desta forma, não há receita financeira. Sua aplicação era indicada para cálculo dos custos dos auxílios, mas, em função da publicação da EC 103/19, passaram a ser custeado pelo tesouro do ente público.

3.3 MÉTODOS DE FINANCIAMENTO ATUARIAL

A Portaria nº 1.467/22 define como Método de Financiamento Atuarial aquele adotado pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

O normativo prevê os seguintes métodos:

- I - Crédito Unitário Projetado;
- II - Idade Normal de Entrada;
- III - Prêmio Nivelado Individual; e
- IV - Agregado por Idade Atingida.

Neste estudo atuarial, será utilizado o método Crédito Unitário Projetado, que tem como principal característica o fato de que a cada ano se “compra” uma fração do benefício de renda de aposentadoria projetado igual a $1/n$ avos, sendo “n” o número total de anos de contribuição para o RPPS.

4. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Para elaboração da avaliação atuarial, foram considerados os benefícios previdenciários descritos abaixo, inclusive o Abono Anual, previstos na legislação do município, para fins de apuração do custo:

- Aposentadorias, que correspondem a benefícios concedidos aos segurados ativos do RPPS em prestações continuadas e nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do ente federativo, podendo ser compulsória ou voluntária por tempo de contribuição e por idade.
- Aposentadoria por Invalidez que corresponde ao benefício concedido aos segurados do RPPS que, por doença ou acidente, forem considerados, por perícia médica do município ou da unidade gestora do RPPS, incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento, nas condições previstas na Constituição Federal, nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes e na legislação do município.
- Pensão por Morte, que corresponde ao benefício previdenciário concedido ao dependente do servidor ativo ou aposentado, que venha a falecer.

5. BASE DE DADOS CADASTRAIS

Para esta análise foram utilizadas bases de dados cadastrais que contemplam toda a massa de participantes e os dados referentes às avaliações anteriores, colhidos dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais – DRAAs.

As bases de dados utilizadas no último estudo atuarial apresentam qualidade satisfatória. As bases de dados cadastrais foram criticadas, sendo identificadas inconsistências que, por serem em número muito baixo, não geram impacto significativo no resultado da Avaliação Atuarial.

Fundo Previdenciário

Composto pelos servidores admitidos a partir de 31/dez/00 e aposentadorias e pensões geradas por estes servidores, conforme a Lei Municipal nº 179, de 13 de fevereiro de 2015. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Capitalização.

6. ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Em atendimento à Portaria nº 185, de 14 de maio de 2015, e em consonância com o item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3, de 31 de janeiro de 2018, segue abaixo análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, informações retiradas do Demonstrativos de Avaliação Atuarial – DRAA, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas:

6.1 VARIAÇÃO NA BASE DE DADOS CADASTRAIS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Quadro 1. Variações do Quantitativo de participantes

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2021	3.293	33	41
Avaliação Atuarial 2022	3.301	43	66
Avaliação Atuarial 2023	3.342	65	50

Quadro 2. Variações dos Salários e Benefícios Médios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 4.497,63	R\$ 3.272,77	R\$ 3.306,10
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 4.423,62	R\$ 3.536,72	R\$ 3.153,51
Avaliação Atuarial 2023	R\$ 5.084,36	R\$ 3.591,27	R\$ 3.326,54

Quadro 3. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 14.810.688,39	R\$ 108.001,54	R\$ 135.550,27
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 14.602.368,18	R\$ 152.079,04	R\$ 208.131,42
Avaliação Atuarial 2023	R\$ 16.991.933,74	R\$ 233.432,44	R\$ 166.326,84

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2021 e Avaliação Atuarial 2022 verificou-se um aumento de 0,24 pontos percentuais no número de participantes ativos, 8 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 10, e aumento de pensões, 25, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios, resultou em redução de 0,61% no gasto com pessoal.
- Entre a Avaliação Atuarial de 2022 e 2023 houve redução de 1,24% pontos percentuais no número de participantes ativos, 41 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 22, e redução de pensões, 16, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios, resultou em aumento de 16,23% no gasto com pessoal.

6.2 VARIAÇÃO NO CUSTO PREVIDENCIÁRIO

Quadro 4. Variações dos Custos Normais

CUSTO NORMAL	Avaliação Atuarial 2021	Avaliação Atuarial 2022	Avaliação Atuarial 2023
Aposentadorias com reversão ao dependente	22,49%	22,60%	23,32%
Invalidez com reversão ao dependente	2,38%	2,40%	2,52%
Pensão de ativos	4,38%	4,40%	4,15%
Auxílios	0,00%	0,00%	0,00%
CUSTO ANUAL LÍQUIDO NORMAL	29,25%	29,40%	29,99%
Administração do Plano	1,00%	1,50%	1,50%
CUSTO ANUAL NORMAL TOTAL	30,25%	30,90%	31,49%

Quadro 5. Variações dos Valores de Reservas e Ativo do Plano

Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	Avaliação Atuarial 2021	Avaliação Atuarial 2022	Avaliação Atuarial 2023
(-) Provisões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	R\$ 37.303.502,83	R\$ 59.241.073,24	R\$ 63.520.079,96
(-) Provisões Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	R\$ 751.301.552,69	R\$ 838.247.895,43	R\$ 636.042.985,57
Provisões Matemáticas (PMBaC + PMBC)	R\$ 788.605.055,52	R\$ 897.488.968,67	R\$ 699.563.065,53
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 632.455.902,92	R\$ 687.746.859,55	R\$ 763.219.394,83
Resultado: Superávit Técnico Atuarial	(R\$ 156.149.152,60)	(R\$ 209.742.109,12)	R\$ 63.656.329,30

Dos dados dispostos nos quadros acima, podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2021 e Avaliação Atuarial 2022 verificou-se aumento de 34,32% do valor do déficit atuarial, motivado pelo aumento do valor apurado de Provisões Matemáticas, em 13,81%, sendo que o aumento do valor de Ativos Financeiros, de 8,74%, não foi em magnitude suficiente para cobrir o aumento das Provisões.
- Entre a Avaliação Atuarial de 2022 e a Avaliação Atuarial de 2023 verificou-se redução de 22,05% dos valores de Provisões Matemáticas, visto que o cálculo considerou as particularidades do Guarujá Previdência referente a concessão de benefícios, tanto no que se refere ao valor, quanto a idade de aposentadoria. Além disso, verificou-se um aumento de 10,97% no valor de Ativos Financeiros, o que levou a um resultado de superávit atuarial, motivado pela combinação da redução dos valores de Provisões Matemáticas e aumento do patrimônio do plano.

6.3 VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS VERSUS REALIZADAS

Quadro 6. Total de Receitas e Despesas Estimadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
Avaliação Atuarial 2020	40.394.318,28	7.737.943,63	32.656.374,65
Avaliação Atuarial 2021	43.970.844,08	4.047.318,96	39.923.525,12
Avaliação Atuarial 2022	45.620.718,29	15.270.398,86	30.350.319,43

Quadro 7. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Ocorridas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2020	60.537.155,36	2.369.708,42	58.167.446,94
2021	66.783.722,16	3.576.004,09	63.207.718,07
2022	180.704.934,95	5.158.606,73	175.546.328,22

Quadro 8. Variação das Receitas e Despesas Estimadas versus Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019			
2020	-57,80%	143,65%	
2021			

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

- Verifica-se que no período analisados as receitas previdenciárias estimadas totalizaram R\$ 129.985.880,65, enquanto a receitas executadas totalizaram R\$ 308.025.812,47, assim os valores estimados foram menores em 57,80% em relação às efetivamente executadas.
- Em contrapartida as despesas estimadas totalizaram R\$ 27.055.661,45, enquanto as despesas executadas totalizaram R\$ 11.104.319,24, assim os valores estimados foram superiores em 143,65% as despesas efetivamente executadas.
- Como é possível verificar há uma diferença significativa entre os valores de Despesas estimadas, principalmente na Avaliação Atuarial de 2022.

Fundo Financeiro

Composto pelos servidores admitidos até 31/dez/00 e benefícios gerados por estes servidores conforme Lei Municipal nº 179, de 13 de fevereiro de 2015. Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Repartição Simples.

7. ANÁLISES DE VARIAÇÕES DE RESULTADOS - FUNDO FINANCEIRO

Passamos a descrever agora, as principais variações entre os resultados apurados neste estudo e os das três últimas avaliações atuariais.

Foi utilizada para esta análise a base de dados cadastral que contempla toda a massa de participantes e os dados referentes às avaliações anteriores, colhidos dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais – DRAAs.

7.1 VARIAÇÃO NA BASE DE DADOS CADASTRAIS DO FUNDO FINANCEIRO

Quadro 9. Variações do Quantitativo de participantes

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2021	2.327	218	61
Avaliação Atuarial 2022	2.207	302	81
Avaliação Atuarial 2023	2.102	382	89

Quadro 10. Variações dos Salários e Benefícios Médios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 7.902,24	R\$ 4.620,04	R\$ 4.256,43
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 8.026,71	R\$ 4.966,25	R\$ 4.372,50
Avaliação Atuarial 2023	R\$ 9.306,78	R\$ 5.536,14	R\$ 5.867,09

Quadro 11. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 18.388.509,74	R\$ 1.007.169,61	R\$ 259.642,33
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 17.714.943,08	R\$ 1.499.806,75	R\$ 354.172,78
Avaliação Atuarial 2023	R\$ 19.562.852,15	R\$ 2.114.807,04	R\$ 522.170,83

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação de 2021 e 2022 houve redução de 5,16 pontos percentuais no número de participantes ativos, 120 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 84, e aumento de pensões, 20, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios, resultou em redução de 0,44% no gasto com pessoal.
- Entre 2022 e 2023 houve redução de 4,76% pontos percentuais no número de participantes ativos, 105 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 80, e aumento de pensões, 8, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios, resultou em redução de 13,44% no gasto com pessoal.

7.2 VARIAÇÃO NO CUSTO PREVIDENCIÁRIO

O Fundo Financeiro é um fundo em Repartição Simples não havendo formação de Provisões Matemáticas para além do exercício corrente. Desta forma, não há análise comparativa a ser feita.

7.3 VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS VERSUS REALIZADAS

Quadro 12. Total de Receitas e Despesas Estimadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
Avaliação Atuarial 2020	33.926.523,80	168.345.405,53	-134.418.881,73
Avaliação Atuarial 2021	43.201.908,36	37.220.105,66	5.981.802,70
Avaliação Atuarial 2022	22.819.499,51	173.425.551,75	-150.606.052,24

Quadro 13. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2020	58.000.146,00	14.407.961,00	43.592.185,00
2021	75.752.239,00	21.795.602,00	53.956.637,00
2022	81.495.952,00	32.217.338,00	49.278.614,00

Quadro 14. Variação das Receitas e Despesas Estimadas versus Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019			
2020	-53,57%	453,91%	
2021			

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

- Verifica-se que no período analisados as receitas previdenciárias estimadas totalizaram R\$ 99.947.931,67, enquanto as receitas executadas totalizaram R\$ 215.248.337,00, assim os valores estimados foram menores em 53,57% em relação às efetivamente executadas.
- Em contrapartida as despesas estimadas totalizaram R\$ 378.991.062,94, enquanto as despesas executadas totalizaram R\$ 68.420.901,00, assim os valores estimados foram superiores em 453,91% as despesas efetivamente executadas.
- Como é possível verificar há uma diferença significativa entre os valores de Despesas estimadas. Destaca-se que na Avaliação de 2021 houve uma estimativa mais próxima dos valores ocorridos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de gestão atuarial tem por principal objetivo avaliar a aderência das projeções atuariais à realidade do plano previdenciário no período dos últimos três anos.

Desta forma, tomou-se as projeções consignadas nos estudos atuariais anteriores, os quais foram realizados pelos atuários responsáveis técnicos do plano previdenciário no período entre 2020 e 2022, bem como os valores de receitas e despesas ocorridas neste mesmo período.

Na análise comparativa, verificou-se em alguns casos diferença significativa entres os valores projetados e ocorridos, que pode ser atribuída, em princípio, aos casos de risco iminente de aposentadoria não ocorridos.

Destaca-se que na Avaliação Atuarial de 2023 foi apurado um superávit atuarial, motivado principalmente pela consideração das regras específicas de cálculo dos benefícios, conforme legislação vigente do Município de Guarujá. Para que se tenha um resultado mais fidedigno da realidade do RPPS é importante que seja observada essas hipóteses de cálculo nas próximas Avaliações.



Adilson Moraes da Costa
Atuário Miba 1.032 MTE/RJ